


1.000


QUESTÕES PARA O

PC-PI


OFICIAL INVESTIGADOR

SUMÁRIO


LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	13
→ ACENTUAÇÃO.....	14
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	15
→ ARTIGO.....	17
→ SUBSTANTIVO.....	18
→ ADJETIVO.....	19
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	21
→ ADVÉRBIO.....	22
→ PREPOSIÇÃO.....	24
→ CONJUNÇÃO.....	26
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS.....	28
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS.....	29
→ POLISSEMIA.....	31
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	32
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	38
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	42
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC).....	45
→ VARIAÇÕES DA LINGUAGEM: NÃO VERBAL, REGIONAL, HISTÓRICA, CONTEXTUAL. NEOLOGISMOS E ESTRANGEIRISMOS.....	47
→ FIGURAS DE LINGUAGEM.....	49
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	51
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	61
→ GABARITO 	66
RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO, ESTATÍSTICO E CONTÁBIL	71
→ CONTABILIDADE GERAL - CONCEITO, OBJETO, FINALIDADE, TÉCNICAS CONTÁBEIS, EQUAÇÃO PATRIMONIAL.....	71
→ BALANÇO PATRIMONIAL.....	71
→ ESTATÍSTICA - FORMAS NÃO AGRUPADAS DE APRESENTAÇÃO DE DADOS (ROL, DIAGRAMA DE RAMOS E FOLHAS).....	72
→ EVENTOS E ESPAÇO AMOSTRAL.....	72

→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	72
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL	73
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	73
→ PROBABILIDADE DA UNIÃO	74
→ MATEMÁTICA - NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES.....	74
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC)	75
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	75
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	76
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	76
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	76
→ PORCENTAGEM.....	77
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	77
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	80
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	81
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	81
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	82
→ GABARITO 	82

INFORMÁTICA 85


→ DIREITO DIGITAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	85
→ DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º AO 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	86
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (ARTS. 11 AO 13 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	87
→ INFORMÁTICA - PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR.....	88
→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	88
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	89
→ WINDOWS 11.....	90
→ WORD 2019.....	92
→ EXCEL 2019.....	94
→ POWERPOINT 2019	96
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	98
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	98
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	99
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	100
→ FIREWALL E PROXY	101
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	101
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	102
→ CRIPTOGRAFIA, ASSINATURA E CERTIFICADO DIGITAL	103
→ TI - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - CONCEITOS INICIAIS E GERAIS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	104
→ GABARITO 	105

CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DO PIAUÍ 107


- GEOGRAFIA - GEOGRAFIA DO PIAUÍ 107
- HISTÓRIA DO PIAUÍ 113
- GABARITO  116

DIREITO PENAL.....117

- DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA) 117
- DIREITO PENAL - CONCEITOS, OBJETO, TEORIAS E EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL..... 117
- LEI PENAL (CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS, INTERPRETAÇÃO)..... 117
- CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP)..... 118
- LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP)..... 118
- TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP)..... 118
- LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP)..... 119
- PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP)..... 119
- CONCEITO DE CRIME 119
- ELEMENTOS DO FATO TÍPICO 119
- AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP) 119
- DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP) 120
- FASES DO DELITO 120
- ARREPENDIMENTO EFICAZ (ART. 15 DO CP) 120
- CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP) 121
- PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 42 E 53 DO CP) 121
- DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP)..... 121
- DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 59 A 68 DO CP)..... 121
- HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP) 121
- DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP)..... 122
- FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIS (ART. 327 DO CP)..... 122
- PECULATO (ART. 312 DO CP) 122
- CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP)..... 123
- LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DECRETO-LEI Nº 3.688/1941 - LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS 123
- LEI Nº 8.072/1990 - CRIMES HEDIONDOS..... 123
- LEI Nº 8.078/1990 - CRIMES CONTRA RELAÇÕES DE CONSUMO (ART. 61 A 80)..... 123
- CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E RELAÇÕES DE CONSUMO 124
- DA EXECUÇÃO, DAS DESPESAS PROCESSUAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS (ARTS. 84 A 92 DA LEI Nº 9.099/1995) 124
- LEI Nº 9.296/1996 - INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA..... 125
- LEI Nº 9.503/1997 - CRIMES NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (ARTS. 291 A 312-B)..... 125
- DOS CRIMES ELEITORAIS (ARTS. 289 A 354-A DA LEI Nº 4.737/1965 - CE)..... 125


→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 6º A 24 DA LEI Nº 9.605/1998).....	126
→ DOS CRIMES CONTRA A FAUNA (ARTS. 29 A 37 DA LEI Nº 9.605/1998).....	126
→ DOS CRIMES CONTRA A FLORA (ARTS. 38 A 53 DA LEI Nº 9.605/1998).....	126
→ LEI Nº 9.613/1998 - LAVAGEM DE DINHEIRO.....	126
→ LEI Nº 10.741/2003 - ESTATUTO DO IDOSO (CRIMES - ARTS. 92 A 108).....	126
→ DO PORTE (ARTS 6º AO 11 DA LEI Nº 10.826/2003).....	127
→ DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º DA LEI Nº 11.340/2006).....	127
→ DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (ARTS. 8º A 12 DA LEI Nº 11.340/2006).....	127
→ LEI Nº 12.850/2013 - CRIME ORGANIZADO (ANTIGA LEI Nº 9.034/1995).....	128
→ LEI Nº 13.146/2015 - CRIMES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 88 AO 91).....	128
→ LEI Nº 13.869/2019 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	128
→ GABARITO 	128

DIREITO PROCESSUAL PENAL..... 131

→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP).....	131
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP).....	132
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP).....	133
→ DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196 DO CPP).....	133
→ DA CONFISSÃO (ARTS. 197 A 200 DO CPP).....	134
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	134
→ DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS (ARTS. 226 A 228 DO CPP).....	135
→ DA ACAREAÇÃO (ARTS. 229 A 230 DO CPP).....	136
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	136
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300 DO CPP).....	137
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP).....	137
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP).....	138
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP).....	139
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 1.079/1950 - CRIMES DE RESPONSABILIDADE E O RESPECTIVO PROCESSO DE JULGAMENTO.....	139
→ LEI Nº 7.960/1989 - PRISÃO TEMPORÁRIA.....	140
→ GABARITO 	140


DIREITO CONSTITUCIONAL..... 143

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	143
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	144
→ HABEAS CORPUS.....	146
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	146
→ MANDADO DE INJUNÇÃO.....	146
→ HABEAS DATA.....	147


→ AÇÃO POPULAR	147
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	147
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988)	148
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	148
→ PERDA DA NACIONALIDADE	148
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	149
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	149
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	149
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	149
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	150
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	150
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	151
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)	151
→ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ.....	154
→ GABARITO 	154

DIREITO ADMINISTRATIVO 157


→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	157
→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	157
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	157
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS	158
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	158
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	159
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	159
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	159
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	159
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	160
→ PODER REGULAMENTAR.....	160
→ PODER HIERÁRQUICO	160
→ PODER DISCIPLINAR	160
→ PODER DE POLÍCIA.....	161
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	161
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	161
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	162
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	163
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	163
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO)	164
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	164
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	164

→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	165
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	165
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021)	166
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021)	166
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021)	167
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	167
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	168
→ GABARITO 	168


LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA CIVIL..... 171


→ SEGURANÇA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO POLICIAL - LEI Nº 14.735/2023 - LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CÍVIS.....	171
→ LEGISLAÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIL E CIENTÍFICA DO PIAUÍ (LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2004).....	171
→ GABARITO 	172

DIREITOS HUMANOS 173

→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	173
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	175
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CIDH-OAS).....	177
→ MEIOS DE PROTEÇÃO (ARTS. 33 A 73 DA CIDH-OAS).....	178
→ REGRAS MÍNIMAS DA ONU PARA O TRATAMENTO DE PRISIONEIRO.....	179
→ DIREITOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	180
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	181
→ GABARITO 	182

CRIMINOLOGIA 183

→ CRIMINOLOGIA (CONCEITO, OBJETO, MÉTODO, FUNÇÃO, FINALIDADE).....	183
→ EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS (CLÁSSICA, POSITIVA, TERZA SCUOLA)	183
→ TEORIAS CONSENSUAIS (ECOLOGIA CRIMINAL, ANOMIA E ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL).....	184
→ TEORIAS CONFLITUAIS (ETIQUETAMENTO E CRÍTICA OU RADICAL).....	185
→ ESTATÍSTICAS CRIMINAIS (CIFRAS).....	186
→ PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE	187
→ REAÇÃO AO DELITO (MODELOS CLÁSSICO, RESSOCIALIZADOR E RESTAURADOR)	187
→ VITIMOLOGIA	187
→ CONTROLE DA CRIMINALIDADE.....	188
→ TEMAS CONTEMPORÂNEOS (NOVA CRIMINOLOGIA)	188
→ GABARITO 	191

MEDICINA LEGAL	193
→ CRIMINALÍSTICA E MEDICINA LEGAL - MEDICINA LEGAL (ASPECTOS GERAIS)	193
→ DOCUMENTOS MÉDICO-LEGAIS.....	193
→ TRAUMATOLOGIA: ASPECTOS GERAIS E LESÕES CORPORAIS.....	194
→ TRAUMATOLOGIA: ENERGIA DE ORDEM FÍSICA	194
→ TRAUMATOLOGIA: ENERGIA DE ORDEM MECÂNICA.....	195
→ TRAUMATOLOGIA: ENERGIA DE ORDEM QUÍMICA (TOXICOLOGIA MÉDICO-LEGAL)	195
→ TRAUMATOLOGIA: ENERGIA DE ORDEM FÍSICO-QUÍMICA (ASFIXIOLOGIA MÉDICO-LEGAL)	195
→ TRAUMATOLOGIA: ENERGIA DE ORDEM BIODINÂMICA, BIOQUÍMICA E MISTA (SEVÍCIAS).....	196
→ TRAUMATOLOGIA: BALÍSTICA FORENSE DE EFEITOS (LESÕES).....	196
→ ASPECTOS GERAIS DA TANATOLOGIA.....	197
→ FENÔMENOS CADAVERÍCOS	197
→ CRONOTANATOLOGIA.....	198
→ IDENTIFICAÇÃO DE OSSADAS	198
→ IDENTIFICAÇÃO DE IMPRESSÕES DIGITAIS (PAPILOSCOPIA).....	199
→ ASPECTOS GERAIS DA SEXOLOGIA.....	199
→ HIMENOLOGIA FORENSE.....	200
→ OBSTETRÍCIA FORENSE.....	200
→ EROTOLOGIA FORENSE.....	200
→ PSICOPATOLOGIA MÉDICO-LEGAL	201
→ NECROPSIA: ASPECTOS LEGAIS E ÉTICOS	201
→ NECROPSIA: TÉCNICAS DE NECROPSIA.....	201
→ NECROPSIA: CONSERVAÇÃO DE CADÁVERES	202
→ GABARITO 	202

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

1. (FGV – 2024) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.

Assinale a opção que compreende fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- a) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) A garantia do desenvolvimento nacional.
- d) A erradicação da pobreza.
- e) A promoção do bem de todos.

2. (FGV – 2024) Os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 delinham a essência dos propósitos norteadores da nação.

Assinale a opção que compreende objetivo fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- a) Promover a soberania.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Engajar o pluralismo político.
- d) Assegurar a dignidade da pessoa humana.
- e) Fomentar a cidadania.

3. (FGV – 2024) A República Federativa do Brasil é em um Estado Democrático de Direito, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito à democracia, analise os tópicos a seguir.

I. A Constituição dispõe de instrumentos de democracia participativa, tais como os conselhos, as ouvidorias e o orçamento participativo.

II. A democracia é exercida exclusivamente pelos representantes escolhidos pelo povo, seus legítimos mandatários.

III. A democracia brasileira tem como um de seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

IV. No Brasil há um exemplo de democracia direta, considerando que a Constituição prevê expressamente que o poder emana do povo.

Está correto o que se afirma em

- a) I, III e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

4. (FGV – 2024) François, gestor de um Fundo de Ações de origem francesa, pretendia investir parcela do seu portfólio no Brasil. Para tanto, o empresário determinou que a sua equipe lhe apresentasse um estudo sobre o país, abordando as principais normas consagradas na Carta da República. Buscava-se, assim, definir, com base em todas as informações disponíveis ao público em geral, a quantia que seria alocada em território pátrio, protegendo e, ao mesmo tempo, potencializando os ganhos dos investidores.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- a) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação.
- b) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- d) o pluralismo político.
- e) a defesa da paz.

5. (FGV – 2024) Luiz, jornalista, preparou uma reportagem sobre a importância da Constituição Federal para a sociedade brasileira de uma forma geral, dando especial atenção, no seu texto, a um determinado fundamento da República Federativa do Brasil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- a) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- b) a prevalência dos direitos humanos.
- c) a solução pacífica dos conflitos.
- d) a igualdade entre os Estados.
- e) a soberania.

6. (FGV – 2024) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem os seguintes fundamentos, à exceção de um. Assinale-o.

- a) A soberania.
- b) A cidadania.
- c) A dignidade da pessoa humana.
- d) A vedação ao pluralismo político.
- e) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

7. (FGV – 2023) Ana, Inês e Bruna debateram a respeito dos princípios fundamentais que devem direcionar a República Federativa do Brasil nas relações internacionais. Ana defendia que um desses princípios é o da autodeterminação dos povos,

indicativo de que o Brasil, mesmo que divirja das leis locais que apregoem práticas discriminatórias, quaisquer que sejam elas, deve respeitar o domínio reservado de natureza interna, sem formular qualquer juízo de valor. Inês ressaltava que as relações internacionais devem ser direcionadas pelo escalonamento dos Estados soberanos, conforme os paradigmas sociais e econômicos adotados pelo Brasil. Bruna, por sua vez, ressaltou que a concessão de asilo político, ainda que caminhe em norte contrário aos balizamentos estabelecidos pela ordem jurídica de outro Estado soberano, deve direcionar o Brasil nas relações internacionais.

O professor Clovis, ao analisar as afirmações de suas alunas, concluiu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que:

- a) todas estão certas;
- b) somente Ana está certa;
- c) somente Bruna está certa;
- d) somente Ana e Inês estão certas;
- e) somente Bruna e Inês estão certas.

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

8. (FGV – 2025) Com o objetivo de obter recursos para a aquisição de determinado bem, Pedro celebrou contrato de cessão fiduciária em garantia, no qual transferiu, à instituição financeira que lhe disponibilizou os recursos necessários, a titularidade do bem adquirido.

O bem, no entanto, permaneceu em poder de Pedro. Em razão de atrasos no pagamento das prestações acordadas, Pedro recebeu uma notificação extrajudicial informando que a não quitação da dívida acarretaria a necessidade de devolver o bem que estava em seu poder, sendo que a negativa de devolução poderia causar a sua prisão.

Ao receber a notificação e analisar a sistemática vigente, Pedro concluiu corretamente que

- a) pode ser preso, salvo se for pessoa idosa.
- b) pode ser preso, caso se torne depositário infiel.
- c) não pode ser preso, pois não há prisão civil por dívida.
- d) não pode ser preso, considerando a natureza da dívida descrita no enunciado.
- e) não pode ser preso, pois a prisão somente é admitida por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária.

9. (FGV – 2025) Em determinada relação processual, o autor da ação sustentou que o seu direito à honra foi violado em razão de expressões ofensivas exaradas pelo réu, o que o levou a pedir a reparação dos danos morais que sofrera. O réu, por sua vez, argumentou que deveria ser reconhecido o seu direito fundamental à liberdade de expressão.

O órgão jurisdicional competente, ao julgar a demanda, decidiu, corretamente, que:

- a) o direito do autor, considerado de modo abstrato, ocupa uma posição preferente em relação ao direito do réu;
- b) o direito preponderante, considerado de modo abstrato, também será preponderante na situação concreta;
- c) o direito do réu, considerado de modo abstrato, ocupa uma posição preferente em relação ao direito do autor;
- d) os referidos direitos fundamentais, que se encontram em colisão, ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas;
- e) os referidos direitos fundamentais, que se encontram em colisão, devem ser ponderados conforme as circunstâncias do caso concreto.

10. (FGV – 2024) Em relação aos Direitos Fundamentais, analise as assertivas a seguir.

I. Na Constituição brasileira, as matrizes dos direitos fundamentais são vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

II. Direitos fundamentais constituem uma reserva mínima de justiça que as democracias devem assegurar a todos os seus cidadãos.

III. Quando ocorre uma colisão de direitos fundamentais, a solução do problema não poderá se dar mediante subsunção, sendo necessário o uso da técnica da ponderação.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

11. (FGV – 2024) Um grupo de pessoas foi preso, em território brasileiro, acusado da prática de atos de terrorismo, conforme tipificação estabelecida pela lei penal. Em razão da gravidade das condutas e da existência de grande pressão sobre o juiz que julgaria o caso, tanto da opinião pública como do grupo terrorista ao qual pertencem as pessoas presas, iniciou-se um debate, no âmbito do Congresso Nacional, com argumentos contrários e favoráveis, visando à criação de um tribunal com competência específica para julgar os referidos agentes.

Maria, deputada federal, ao analisar a Constituição da República, concluiu corretamente que é:

- a) prevista, na própria ordem constitucional, a criação do referido tribunal;
- b) permitida a criação do referido tribunal, o que pressupõe a edição de lei complementar;
- c) facultada a criação do referido tribunal, o que decorre das opções políticas do legislador;
- d) vedada a criação do referido tribunal, já que ele teria a natureza de tribunal de exceção;
- e) obrigatória a criação do referido tribunal, tendo em vista o dever do Estado brasileiro em proteger a dignidade humana.

12. (FGV – 2024) João, após estudar muitos anos no exterior, aprendeu a realizar um trabalho de grande relevância social, o que lhe permitia auferir uma boa renda. Ao retornar ao território brasileiro, constatou, para sua surpresa, que não existia lei regulamentando o exercício dessa profissão. Ao consultar um especialista nessa temática, foi corretamente informado a João que

- a) a ausência de lei impede o exercício da profissão.
- b) a ausência de lei indica ser livre o exercício da profissão.
- c) o trabalho é livre, logo, a lei não pode estabelecer qualquer requisito para o seu exercício.
- d) é cabível a impetração de mandado de injunção para que lhe seja permitido o exercício da profissão.
- e) é cabível a impetração de mandado de segurança para que lhe seja permitido o exercício da profissão.

13. (FGV – 2024) Maria era associada da Associação Beta-Sigma desde o seu surgimento. Apesar de sempre enaltecer a associação, tinha dúvidas se essa pessoa jurídica deveria, ou não, observar os direitos fundamentais consagrados na Constituição da República.

Ao analisar a sistemática vigente, Maria concluiu corretamente que os direitos fundamentais, de estatura constitucional,

- a) têm eficácia meramente indireta na relação entre Maria e Beta-Sigma.
- b) devem reger apenas as relações das estruturas estatais de poder com a pessoa humana.

- c) somente serão aplicados na relação entre Maria e Beta-Sigma caso a legislação infraconstitucional tenha disposto nesse sentido.
- d) devem incidir na relação entre Maria e Beta-Sigma sempre que haja compatibilidade, considerando a sua natureza e a da referida relação.
- e) somente têm eficácia na relação entre Maria e Beta-Sigma caso esta última apresente uma posição de superioridade, semelhante à do Estado, em relação àquela.

14. (FGV – 2024) De acordo com a Constituição Federal, ao tratar dos direitos e deveres individuais e coletivos, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Considerando as disposições da Constituição Federal sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, é incorreto afirmar que

- a) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- b) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida prévia autorização da autoridade competente.
- c) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- d) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- e) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

15. (FGV – 2024) Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, analise as afirmativas a seguir:

I. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

II. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

III. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

16. (FGV – 2024) Em tema de direitos fundamentais, a Carta Magna de 1988 estabelece, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Nesse contexto, dispõe o texto constitucional que

- a) a manifestação do pensamento é livre, sendo o anonimato a regra geral.
- b) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo na hipótese de flagrante na prática de crime hediondo.

- c) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo apenas os executores diretos, e não os mandantes, que respondem por organização criminosa.
- d) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, vedado qualquer tipo de sigilo.
- e) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

17. (FGV – 2023) A Associação de Moradores Alfa impetrou mandado de segurança preventivo contra ato do secretário municipal de Ordem Pública, que a notificou informando que, com base na Lei municipal nº Y/2023, as associações que não tivessem deferida a licença de criação, pela autoridade municipal, teriam que paralisar suas atividades após o decurso de sessenta dias, situação que permaneceria inalterada até que a licença fosse requerida e deferida.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação à causa de pedir do mandado de segurança, que:

- a) a licença de criação somente pode ser negada caso o objeto social da associação seja ilícito;
- b) o deferimento ou o indeferimento da licença pressupõe ato fundamentado, por força do princípio da publicidade;
- c) a Lei municipal nº Y/2023 e a notificação destoam dos direitos e deveres individuais e coletivos de estatura constitucional;
- d) as atividades das associações, quer em relação à sua criação, quer em relação à sua dissolução, são insuscetíveis de intervenção estatal;
- e) o deferimento ou o indeferimento da licença é ato discricionário, sujeito à conveniência e oportunidade da autoridade competente.

18. (FGV – 2023) Com o objetivo de estimular o desenvolvimento da participação popular em questões diretamente relacionadas à vida diária, o Município Alfa editou a Lei municipal no X, que dispôs sobre o fortalecimento das associações de bairro na perspectiva municipalista. Para tanto, dispôs que a adesão à associação se aperfeiçoaria com a só residência no respectivo bairro, assegurado o desligamento a partir de processo administrativo instaurado para esse fim, em que o interessado declinaria os respectivos motivos à Secretaria Municipal competente, que decidiria pelo deferimento ou não. Considerando os termos da narrativa, é correto afirmar, à luz da Constituição da República, que

- a) a adesão à associação, pela só residência no local, e a restrição ao desligamento são inconstitucionais.
- b) a decisão da Secretaria Municipal deve ser necessariamente motivada, para que o proceder seja constitucional.
- c) a Lei municipal no X ponderou os interesses público e privado corretamente, não apresentando qualquer vício.
- d) o critério de adesão está lastreado em padrões objetivos e genericamente aplicados a todos, atendendo à isonomia, sendo constitucional.
- e) a análise do desligamento da associação deveria ser realizada pelo respectivo órgão diretivo.

19. (FGV – 2022) João foi condenado, em processo penal, (1) à pena de prestação de serviços à comunidade; (2) à pena de multa; (3) à obrigação de ressarcir, no valor mínimo indicado, o dano causado à vítima; e (4) ao perdimento dos bens indicados.